

Reformas empresariais conservadoras: *os impactos na docência*

Conservative business reforms:
impacts on teaching

Reformas empresariales conservadoras:
los impactos en la docencia

 **GABRIEL GRABOWSKI***

Universidade Feevale, Novo Hamburgo – RS, Brasil.

RESUMO: Este artigo reflete sobre as relações entre políticas conservadoras e destruição de carreira e trabalho docentes na Educação Básica. Revisaram-se análises e produções, autores/as de referência na temática, e legislações, partindo da constatação que a educação pública no Brasil é gradativamente atacada, desqualificada e deslegitimada junto à sociedade. Existem várias estratégias para tanto: sucateamento mediante redução dos investimentos; destruição da carreira docente com contratos precários e temporários; descontinuidade das políticas educacionais de estado; negação do direito à educação de qualidade a grande maioria de estudantes pobres; descumprimento do Plano Nacional de Educação – PNE, planos estaduais e municipais e descumprimento da legislação educacional. No país das desigualdades históricas e estruturais, as atuais (contra)reformas estão na contramão da escola pública – “máquina de fazer democracia” – que Anísio Teixeira tanto defendia. Essas reformas são estratégias da elite conservadora para manutenção e aprofundamento do apartheid social.

Palavras-chave: Educação Básica. Conservadorismo. (Contra)Reformas Educacionais. Base Nacional Comum. Impactos na docência.

* Doutorado em Educação. É Professor pesquisador da Universidade Feevale, atuando no Programa de Pós-graduação em Qualidade Ambiental e Mestrado em Psicologia. *E-mail:* <ggrabowski143@gmail.com>.

ABSTRACT: This article reflects on the relation between conservative policies and the destruction of teaching careers and work in Basic Education. Based on the observation that public education in Brazil is gradually being attacked, disqualified, and delegitimized by society, analyses, productions, leading authors on the subject, and legislation were reviewed. There are several strategies to dismantle education: scrapping through reduced investments; destroying the teaching career with precarious and temporary contracts; discontinuing state education policies; denying the right to quality education to the vast majority of poor students; failure to comply with the National Education Plan – PNE –, state and municipal plans, and failure to comply with the educational legislation. In a country of historical and structural inequalities, the current (counter)reforms are against the public school – “the machine for making democracy” – that Anísio Teixeira so strongly defended. These reforms are strategies of the conservative elite to maintain and deepen the social apartheid.

Keywords: Basic Education. Conservatism. (Counter)Educational Reforms. National Common Core Curriculum. Impacts on teaching.

RESUMEN: Este artículo reflexiona sobre la relación entre las políticas conservadoras y la destrucción de la carrera y el trabajo docente en la Educación Básica. Se revisaron análisis y producciones, autores de referencia sobre el tema y la legislación, a partir de la constatación de que la educación pública en Brasil es paulatinamente atacada, descalificada y deslegitimada ante la sociedad. Hay varias estrategias para lograrlo: el chatarreo de la educación pública mediante la reducción de inversiones; la destrucción de la carrera docente con contratos precarios y temporales; la discontinuidad de las políticas educativas estatales; la negación del derecho a una educación de calidad a la gran mayoría de los/as estudiantes pobres; el incumplimiento del Plan Nacional de Educación – PNE, de los planes departamentales y municipales e el incumplimiento de la legislación educativa. En un país de desigualdades históricas y estructurales, las (contra)reformas actuales van en dirección contraria a la escuela pública – “máquina para hacer democracia” – que tanto defendió Anísio Teixeira. Estas reformas son estrategias de la élite conservadora para mantener y profundizar el apartheid social.

Palabras clave: EducaciónBbásica. Conservadurismo. (Contra)reformas educativas. Base Nacional Común. Impactos en la docencia.

Introdução

As reformas educacionais neoliberais no Brasil datam da década de 1990 e continuam sendo implementadas. O processo de expansão e privatização em larga escala já ocorre no Ensino Superior e, agora, volta-se para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e médio, bem como a educação profissional), após a estagnação da expansão ao acesso ao Ensino Superior e sua privatização.

O Censo da Educação Superior de 2022 (BRASIL, 2023) revela o resultado da privatização: 9.443.597 matrículas de graduação: dessas, 7.367.080 (78,0%) são privadas e 2.076.517 (22,0%) são públicas, numa proporção de quase quatro matrículas privadas para cada matrícula pública. No mesmo Censo foram declaradas 2.595 Instituições de Ensino Superior – IES, das quais 12,0% são públicas e 88,0%, privadas.

Segundo Arthur Jacobus (2024), destacam-se no contexto do Ensino Superior brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI as aquisições e fusões entre IES com fins lucrativos (empresariais e mercantis), de capital aberto, com patrimônio líquido de dezenas de bilhões de reais. Em 2020, as sete maiores empresas educacionais brasileiras tinham 1/3 de todas as matrículas das 2.250 IES privadas do Brasil. Esse foco de oligopolização do Ensino Superior privado brasileiro é ainda mais notável quando o foco é a educação a distância – EaD. Por exemplo, em 2021, 70,8% de todos os/as estudantes de licenciatura em Pedagogia estavam matriculados/as em cursos a distância. Desses/as, 78,7% eram alunos/as de um dos 10 maiores grupos empresariais (MINHOTO, BIELSCHOWSKY & AGUIAR, 2022).

A expansão da educação a distância é um fenômeno dos tempos atuais, porém, não se conhece no mundo outro país, além do Brasil, em que o ensino virtual já tenha se tornado hegemônico. Conforme os dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2022), no Brasil, 65,2% dos ingressos na graduação aconteceram nos cursos a distância, atingindo 45,9% de todas as matrículas. Não por acaso, o número de professores/as nas instituições privadas está caindo, mesmo com o aumento do número de estudantes. O número de docentes em atuação na educação superior de graduação na rede privada em 2015 foi de 190.989 e caiu para 151.425 em 2022, enquanto nas redes públicas (universidades federais e estaduais) era de 162.263 em 2015 e aumentou para 173.373, com apenas 22% das matrículas na rede pública.

Não por mera coincidência, mas em decorrência das diversas reformas educacionais na Educação Básica nas últimas três décadas, especialmente as operadas a partir de 2016, entre elas a Base Nacional Curricular Comum e a Medida Provisória MP746/2016, desencadeia-se uma intensa disputa pelo grande mercado da educação, particularmente

a educação profissional e o Ensino Médio, por meio da flexibilização curricular, parcerias com setor privado e introdução do ‘notório’ saber, da EaD, da redução de concursos públicos e o aumento exponencial de contratos temporários e emergenciais.

Neste texto, nos propomos a aprofundar e ampliar a reflexão crítica sobre as relações entre as políticas conservadoras e a precarização do trabalho docente na Educação Básica brasileira, por meio de revisão das análises e produções do campo educacional, recuperando autores/as de referência (LIMA & HIPÓLITO, 2019; SILVA, 2023), legislações, novos marcos regulatórios (BRASIL, 2017) e levantamento de impactos na carreira docente e na gestão político-pedagógica das escolas públicas.

Numa perspectiva analítica e crítica, além desta introdução, este texto abordará as reformas neoliberais e o projeto de educação reacionária no Brasil; a destruição da Educação Básica nas redes públicas estaduais e municipais; os impactos na carreira e docência dos/das professores/as dessas redes e, por último, teceremos nossas considerações finais.

Reformas neoliberais e o projeto de educação reacionária

Para Luiz Carlos Freitas (2018),

debates sobre referências nacionais curriculares dos anos 1990 agora têm lugar em vários países, sob a forma de ‘bases nacionais comuns curriculares’, no interior de um movimento global de reforma da educação que pede mais padronização, testes e responsabilização na educação [...], atropelando a diversidade e os Estados nacionais, já que o capital financeiro rentista (criador do neoliberalismo) opera de forma supranacional (CHAUÍ, 2018; SAHLBERG, 2011 *apud* FREITAS, 2018, p. 12).

Prossegue Freitas: “Apesar da origem deste movimento ser, na sua prática política, híbrida, remonta ao nascimento de uma “nova direita” que procura combinar o liberalismo econômico (neoliberal, no sentido de ser uma retomada do liberalismo clássico do século XIX) com autoritarismo social” (FREITAS, 2018, p. 13). A investida mundial desse movimento teve sua origem nos problemas econômicos do final da década de 1970, com a primeira crise do petróleo (associada a outros fatores econômicos) ainda na vigência do Estado de bem-estar social.

No livro *A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias* (2018), o professor Luiz Carlos de Freitas destaca que as reformas educacionais permitem

o alinhamento da escola às necessidades dos novos processos produtivos, coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e agências internacionais, visando a inserção das cadeias produtivas nacionais na lógica das cadeias internacionais, o que exige um alinhamento com as necessidades da Revolução Industrial 4.0 e as reformas que ela demanda (FREITAS, 2018, p. 29).

Nessa perspectiva,

a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último, um braço político da “nova” direita com velhas ideias nas escolas e nas universidades (FREITAS, 2018, p. 29).

Nesta mesma perspectiva, o “projeto reacionário de educação”, segundo Luiz Antônio Cunha, faz parte

da disputa político-ideológica que incide sobre o currículo da Educação Básica no Brasil. Para isso, lança mão dos conceitos de secularização e laicidade, considerados essenciais para o entendimento da contenda. A tese nele defendida pode ser assim resumida: *o currículo da Educação Básica, particularmente das escolas públicas, é objeto de ação modeladora que visa frear os processos de secularização da cultura e de laicidade do Estado, mediante dois movimentos, um de contenção, outro de imposição*. Ambos os movimentos configuram um projeto de educação reacionária, entendida aqui como a que se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas (CUNHA, 2019, p. 1-2; grifos do autor).

Ao aproximarmos os interesses neoliberais conservadores do autoritarismo social e do projeto de educação reacionária, ganha sentido o movimento de impedimento de uma presidente eleita, as diversas reformas implementadas imediatamente pelo governo Temer a partir de 2016 e, na sequência, a eleição do presidente defensor da ditadura, que passou a atacar as instituições e os movimentos democráticos, especialmente as universidades, as escolas públicas, a cultura, a ciência e os/as professores/as.

Nessa lógica autoritária, a retomada da discussão e a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular – BNCC (na sua 3ª versão) e uma nova (contra)reforma no Ensino Médio – NEM em 2016, imposta pela Medida Provisória 746/2016, representam esse redirecionamento e o alinhamento da Educação Básica (educação infantil, Ensino Fundamental e Médio, bem como as modalidades da educação profissional e a educação de jovens e adultos/as), envolvendo todos os sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais) no projeto empresarial neoliberal conservador.

Para Mônica Ribeiro da Silva

Em pouco mais de 20 anos foram exaradas três Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), por parte do CNE. Documentos normativos estes que visam a estabelecer as diretrizes e princípios a partir dos quais as redes de ensino (federal, estaduais e privadas) devem organizar sua oferta. Foram, ainda, publicados pelo Ministério da Educação (MEC) documentos de política curricular que, tal como as citadas Diretrizes, nem sempre convergiram entre si (Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM (1999); Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006); Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio – BNCC (2018)). Além dessas normativas e documentos curriculares, foram vários os programas de iniciativa do governo federal que incidiram sobre a etapa,

tais como o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Merece menção, ainda, a proposição em torno do Ensino Médio Integrado (EMI), proposta diferenciada de articulação entre a educação profissional técnica e o ensino médio (SILVA, 2023, p. 2).

Segundo Leonardo Sacramento:

A educação em tempo integral, a Base Nacional Curricular Comum e o Novo Ensino Médio se fundamentam em teorias e propostas utilitaristas, solipsistas e fragmentadas, com a apresentação de proposituras anticientíficas que mitificam a realidade, como o empreendedorismo. Para tanto, fundamenta-se em uma lógica oficinista, na qual tudo pode ser conhecimento escolar por meio de uma transposição mecânica da ideologia empresarial para a classe trabalhadora (SACRAMENTO, 2024, s/p).

O educador e professor Sacramento, do Instituto Federal de São Paulo, prossegue afirmando que:

A imposição das bases científicas do trabalho pedagógico é legalizada e legitimada na Base Nacional Curricular Comum e no Novo Ensino Médio. Essas duas medidas relativizam o conhecimento científico, tornando-o em saberes e competências a serem apreendidos pelo jovem em um mundo que seria informatizado e tecnológico. Se o Brasil passa por um processo de desindustrialização e desnacionalização de sua economia pouco importa, pois, a tecnologia pensada e trabalhada é a do senso comum, é a das plataformas precarizantes como *Uber* e *Ifood* e de aplicativos de celular. Em outras palavras, é a radicalização de uma abordagem fetichista da tecnologia submetida à perspectiva do consumidor e do trabalhador precarizado formados pela ideologia do pequeno patrão (SACRAMENTO, 2024, s/p).

A Secretaria de Educação de São Paulo, na gestão do atual governador Tarcísio Gomes de Freitas, alinha-se à pauta do empresariado e dos movimentos conservadores representados por Movimento Brasil Livre – MBL), Brasil Paralelo e Fundação Lemann, na perspectiva de atuarem juntos na formação do/da trabalhador/a sem emprego.

Segundo Isabela Palhares:

A direção da escola estadual Guiomar Rocha Rinaldi, na zona oeste de São Paulo, enviou comunicado aos professores para orientá-los a não expressar publicamente, dentro da unidade escolar, para os estudantes e pais/responsáveis seu ponto de vista sobre a implementação da escola cívico-militar. [...] Uma série de polêmicas estão ocorrendo nas escolas estaduais desde que o governo Tarcísio abriu o processo para a seleção das unidades que serão as primeiras a receber o modelo (PALHARES, 2024, s/p).

Complementa o professor Sacramento:

Na prática, tais movimentos de extrema direita já estão atuando na educação brasileira há alguns anos, especialmente no Ministério da Educação, representados oficialmente pela Fundação Lemann, Instituto Itaú Social e Instituto Ayrton Senna. É uma proposta de educação para o não emprego amparada exclusivamente pelo negacionismo científico como método didático-pedagógico e matriz curricular nacional. É a expressão da vitória do neoliberalismo. (SACRAMENTO, 2024, s/p).

Para Iana Lima e Álvaro Hypolito (2019), os avanços das políticas neoconservadoras no cenário brasileiro inserem-se no contexto mais amplo “do globalismo neoconservador que continua a avançar e padronizar a educação, por meio de sistemas de avaliação, de reformas curriculares e exames globais, e que tal padronização permite uma ação diretiva das organizações neoconservadoras e neoliberais na garantia de seus interesses” (LIMA & HYPOLITO, 2019, s/p).

Álvaro Hypolito (2019), em suas pesquisas sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, homologada no Brasil em 20 de dezembro de 2017, defende a existência de

uma agenda global que vai se estruturando localmente, a partir de grupos hegemônicos, nem sempre coesos, ora mais liberais, ora mais ultraliberais, ora neoconservadores e autoritários, mas que têm obtido sucesso em impor sua agenda que assume formas múltiplas de atender os ditames do mercado e dos interesses conservadores (HYPOLITO, 2019, p. 199).

Ou seja, as (contra)reformas desencadeadas a partir de 2016 continuam em disputa oito anos após e se estendem durante os dois primeiros anos (2023-2024) do 3º governo Lula. Essa disputa se manifesta na imposição e implementação de novas bases curriculares, mas também no campo da política (Congresso Nacional) e da economia (redução e contingenciamentos de recursos para educação, controle fiscal e aprovação de agendas conservadoras). Nessa perspectiva, na recente sanção do presidente Lula da Lei n. 14.945, em 31 de julho de 2024, que alterou novamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, os/as reformistas e privatistas da educação no Congresso Nacional – que tinham incluído no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM a avaliação de desempenho de estudantes em Itinerários Formativos –, reagiram criticando a decisão, alegando que os itinerários serão fragilizados, impactando negativamente os objetivos da BNCC e da reforma do ‘Novo’ Ensino Médio.

A destruição da Educação Básica

Para Gabriel Grabowski:

Desqualificar e privatizar a educação básica pública estatal, responsável por mais de 84,2% das matrículas no país, parece ser o objetivo principal das reformas educacionais em implementação nas escolas desde 2017, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma no Novo ensino Médio (NEM) (GRABOWSKI, 2024, s/p).

Desde 2016 está sendo imposta a terceira (contra)reforma no Ensino Médio, em duas décadas, por meio da MP n. 746/2016. O ‘Novo’ Ensino Médio – NEM instituiu o compromisso de aumentar a carga horária para 3.000 horas e implementar uma política de educação integral (7 horas por dia) nos anos subsequentes. Portanto, tal reforma implicava

aumentar os investimentos em educação, considerando a elevação da carga horária – CH e, conseqüentemente, demandava mais professores/as e funcionários/as nas escolas. Seus impactos, porém, tiveram um propósito e uma consequência inversa (BRASIL, 2016).

No governo Temer (2016-2018), proponente da reforma e, no governo Bolsonaro (2019-2022), medidas de impacto no serviço público e na educação foram implementadas, mas se contradizem e inviabilizam o próprio NEM. As medidas foram: EC 95/2016 ('teto de gastos'); EC 109/2019 ('controle das despesas públicas'); PEC 13/2021, que desobriga gastos mínimos constitucionais com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE; PEC 32/2020, atualmente em debate no congresso brasileiro (reforma administrativa); e as PECs 45/2019 e 110/2019 (reforma tributária) e a Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017).

Coerente com as medidas acima, o gasto por aluno no Brasil é o 3º pior entre 42 países que compõem a OCDE, conforme relatório *Education at a Glance 2023* (OCDE, 2023), da própria organização. Os investimentos no Brasil foram reduzidos entre 2019-2020, inclusive na pandemia. Em média, nos países da OCDE, a despesa total dos governos com educação cresceu 2,1% neste período e a despesa total dos governos 9,5%. No Brasil, o gasto com a educação diminuiu 10,5% no mesmo período, enquanto o gasto com todos os serviços aumentou 8,9%. Isto demonstra qual era verdadeiramente a prioridade do Estado brasileiro (GRABOWSKI, 2024, s/p).

Adentramos em 2024, no oitavo ano da vigência do NEM, cuja implementação atrasou, chegou no chão das escolas públicas a partir de 2021, no auge da pandemia, com escolas fechadas, não equipadas com laboratórios e conectividade, sem planejamento curricular com estudantes e professores/as, com diferentes matrizes curriculares e com itinerários alteradas no decorrer de cada novo ano letivo.

O Censo Escolar da Educação Básica de 2023 (BRASIL, INEP/MEC, 2023), divulgado dia 22/02/2024, que já contempla os dois primeiros anos do NEM, apresenta resultados tão preocupantes quanto os anteriores: queda de 2,4% nas matrículas nacionais; educação de tempo integral – ETI de 7 horas diárias crescendo lentamente, sendo que os estados da Região Sul (RS, PR e SC) ocupam as últimas posições, acompanhadas pelo DF; o Rio Grande do Sul é o segundo pior estado do Brasil na oferta matrículas de tempo integral.

Milhões de estudantes que fizeram o ENEM em 2023 não tiveram aula presencial nem virtual durante a metade do Ensino Médio. Eles/Elas mesmos/as relataram que “não tiveram possibilidade de escolha quanto aos itinerários” e que foram obrigados/as

a cursar eletivas que, no dizer desses jovens, em nada os/as preparou, seja para o trabalho, seja para o prosseguimento nos estudos; a redução da carga horária de componentes curriculares que consideram necessários e que passa a ser deslocada para “projeto de vida”, Br“empreendedorismo”, “educação financeira”, etc.; a parte da carga horária ampliada que, devido aos vários turnos escolares, passou a ser cumprida de forma remota, muitas vezes sem qualquer apoio ou orientação (SILVA, 2023, p. 10).

Nessa perspectiva, a pesquisadora Beatriz Luce, da Faced/UFRGS, aponta que “o grande problema (do novo Ensino Médio) é a desigualdade. Defendo o currículo por áreas de conhecimento, mas isso não retira a importância de haver disciplinas para o aprofundamento em matemática, física, química, história, geografia, sociologia” (LUCE, 2024, s/p).

Um questionamento é inevitável: “a quem interessa reduzir a formação básica dos jovens no Ensino Médio?” Segundo Fernando Cássio e Daniel Cara (2023), pesquisadores da USP, serve às elites, “representadas por especialistas em educação fabricados por institutos e fundações empresariais, que propuseram e defendem as atuais reformas, pois seguem convencidas de que é preciso surruiar horas-aula da formação científica de estudantes de escolas públicas para ‘modernizar’ o currículo” (CÁSSIO & CARA, 2023, s/p).

Impactos na docência

As reformas curriculares no bojo da BNCC e do NEM se caracterizam por estruturação curricular por áreas de conhecimento, pela flexibilização, redução de disciplinas obrigatórias e de cargas horárias, induzindo a parcerias, implementação da EAD na Educação Básica e o ‘notório’ saber no itinerário técnico e profissional. Aliás, condição muito similar com o que transcorreu na educação superior relatado anteriormente.

O tema da carga horária da Formação Geral Básica (FGB) e dos Itinerários Formativos (IF) na reforma do novo ensino médio despertou uma disputa e mobilização dos reformistas, de congressistas e de representantes de fundações/institutos empresariais que tentaram, ao longo de todo o processo legislativo (trabalhando nos bastidores), reduzir a carga horária das disciplinas básicas dos estudantes brasileiros. Por quê? Qual é o verdadeiro interesse em jogo? (GRABOWSKI, 2024, s/p)

Segundo Grabowski, “há um interesse que se expressa na reprodução histórica da dualidade educacional brasileira: uma formação propedêutica de qualidade para uma parcela dos filhos da elite e, um segundo objetivo é manter uma formação e qualificação de segunda classe para a grande maioria das juventudes populares” (GRABOWSKI, 2024, s/p). As elites acessam as escolas particulares (com mensalidades padrão OCDE) “e algumas poucas ilhas de escolas nas redes públicas, mantendo a grande maioria de estudantes (85% das matrículas) em redes e escolas sem as condições básicas para o desenvolvimento de uma aprendizagem” (GRABOWSKI, 2024, s/p) e sem docentes respeitados e valorizados.

Com a flexibilização curricular em 40% do currículo no ensino médio, por meio dos itinerários formativos de qualquer natureza, parcerias, EAD, certificação competências, validação de estágios e experiências de trabalho na carga horário do ensino médio, além do “notório saber”, fica evidenciado que o maior objetivo da reforma do ensino médio é reduzir o tamanho da participação do estado e de seus investimentos em educação pública de qualidade, precarizando a carreira docente, reduzindo o

quantitativo de professores efetivos nas diversas redes pública e, travando a realização de concursos públicos e/ou não efetivando as nomeações quando da realização de processos seletivos, cada vez mais escassos (GRABOWSKI, 2024, s/p).

Recente estudo publicado pela ONG Todos pela Educação e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que apresentam o cenário de professores temporários nas redes estaduais do Brasil, evidenciam que,

pela primeira vez, em 2022, as redes estaduais tinham mais professores temporários do que efetivos. Este cenário se manteve em 2023, com 51,6% de temporários e 46,5% de efetivos. Em seguida, o estudo mostra o cenário em cada uma das 27 Unidades da Federação. Em 15 estados há mais docentes temporários do que efetivos e, de 2020 a 2023, 67% dos estados aumentaram a quantidade de temporários e diminuíram a de efetivos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2024, s/p).

O mesmo estudo aponta, também, três impactos negativos de professores temporários sobre os resultados da aprendizagem dos estudantes:

a alta rotatividade docente - que pode prejudicar o vínculo com a comunidade escolar e o efetivo desenvolvimento dos estudantes - os processos seletivos utilizados pelas redes de ensino, que em sua maioria não utilizam boas etapas de seleção e as condições de trabalho dos professores - que podem ser piores que a dos efetivos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2024, s/p).

Outro indicador importante do estudo, apontado pela Jornalista Isabel Palhares (2024), é a tendência nacional de aproximadamente seis a cada dez cidades do país estão há mais de cinco anos sem realizar concurso público para contratar professores para as escolas municipais. Esta baixa frequência de concursos impacta nas escolas, especialmente nas regiões periféricas e vulneráveis, privando-as de profissionais com formação adequada para atuarem trabalhar na sala de aula das escolas. Esta precarização nas relações e carreira expressa-se na maior e mais rica rede de ensino do Brasil, com mais de 3 milhões de alunos, no estado de São Paulo, precursor na implementação do NEM, que já tem mais de 162 mil professores, sendo 50,7% com contratos temporários e emergenciais (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2024).

A gestão do atual governador Tarcísio de Freitas (2021-2024) prioriza a implementação de escolas cívico-militares e a privatização da gestão das escolas públicas por meio de parcerias público-privadas – PPPs. Em 29 de outubro de 2024, realizou o primeiro leilão de 16 escolas públicas estaduais na Região Oeste cuja empresa vencedora é sócia da empresa responsável pela administração de sete cemitérios em São Paulo (G1, 2024). Na sequência, dia 04 de novembro, foi realizado o segundo leilão com mais 16 escolas privatizadas e a empresa vencedora foi o consórcio SP+ Escola, prestadora de serviços em rodovias (BIMBATI, 2024).

No Estado do Ceará, sempre considerado uma “referência para as fundações e institutos empresariais, defensores de reformas educacionais de perspectiva privatista, a condição docente nas redes públicas em 2023 era:

Rede Federal: dos 1.432 professores, 94,4% são efetivos; Rede Estadual: dos 19 mil professores, 41,4% são efetivos; Rede Municipal: dos 69 mil professores, 56,1% são efetivos. De um total de 87 mil professores das três redes públicas, apenas 54,2% são efetivos. Ou seja, no Ceará, a realidade é que a cada 100 professores das escolas públicas, 54 são concursados e outros 46 estão em outros regimes de contratação (GRABOWSKI, 2024).

De acordo com o 3º relatório do Observatório da Educação Pública no Rio Grande do Sul (OBSERVATÓRIO RS, 2023), elaborado e divulgado pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa, ao longo de 16 anos (2006-2022), sucedeu-se uma redução de 57,7% de professores efetivos na rede pública estadual de ensino. Os dados apresentados demonstram uma ação planejada na redução de concursados, passando de 74.163 matrículas em 2006 para 31.309 em 2022. Outros indicadores comprovam que se trata de uma decisão política da gestão estadual nestas últimas duas décadas: o fechamento de 227 escolas públicas no Rio Grande do Sul, sendo 146 escolas do Campo; a municipalização de escolas estaduais e a redução de matrículas, especialmente no Ensino Médio, de responsabilidade do Estado.

No estado do Rio Grande do Sul os concursos públicos são cada vez mais raros. Após uma década sem a realização de seleções públicas, o governo estadual lançou um edital para somente 1.500 vagas, enquanto a demanda é muito superior, prejudicando escolas e estudantes com a falta de professores/as em vários componentes curriculares e com elevado exercício de docência sem formação e habilitação na área de atuação.

O Ensino Superior brasileiro constitui caso *sui generis* ao nível internacional, com seu elevadíssimo grau de privatização e de oferta do ensino na modalidade EAD, com hegemonia de um pequeno grupo de grandes empresas educacionais de capital aberto. As reformas em curso na Educação Básica estão sendo conduzidas nessa mesma perspectiva, caso a sociedade organizada não reaja.

O denominado apagão docente é resultado de políticas e ações planejadas e irresponsáveis de governos empenhados com a destruição da educação pública e alinhados com a mercantilização da Educação Básica. Para tal, fragilizam ainda mais a esfera pública e promovem a destruição da carreira docente. Tal destruição interrompe projetos profissionais, projetos de vida e utopias de uma sociedade e humanidade melhor.

Está sendo cada vez mais difícil ser professores no Brasil. Além da destruição das carreiras docentes, sejam pela precarização das relações de trabalho e da desvalorização da carreira, sucedem-se patrulhamentos, críticas e ataques a autonomia e liberdade de ensinar e aprender. São inúmeras e variadas estratégias de intimidação e cerceamento da ação docente: sistemáticas avaliações de desempenho de estudantes e professores, gestão escolar baseada em metas quantitativas, diretores de escolas escolhidos pelos governantes em detrimento da eleição pela comunidade escolar e, secretários de educação, do meio empresarial.

A implementação da agenda empresarial conservadora, a destruição das carreiras docentes no Brasil – tanto na esfera pública como nas instituições de ensino privadas e comunitárias -, potencializadas pelo negacionismo cultural, científico, tecnológico e ambiental, tem impactado de diversas formas na docência: abandono da carreira, desmotivação na escolha da carreira, adoecimento físico e emocional dos educadores e, por fim, desvalorização social da docência e da Educação Básica pública brasileira.

Considerações finais

O Brasil caracteriza-se como um dos países mais desiguais do mundo em pleno século XXI, mesmo sendo a 8ª economia do mundo. É um país rico, com poucos/as bilionários/as e dezenas de milhões de pobres. São desigualdades históricas, estruturais, de renda, classe, gênero, étnico-raciais, educacionais e tecnológicas, todas evidenciadas e aprofundadas no contexto da pandemia do Covid-2019 e da crise climática atual.

Nesta mesma sociedade brasileira, como apontava o educador Anísio Teixeira:

a escola não mais poderia ser a instituição segregadora e especializada de preparado de intelectuais ou “escolástica”, mas deveria transformar-se na agência de educação de trabalhadores comuns, dos trabalhadores qualificados, dos trabalhadores especializados em técnicas de toda ordem e dos trabalhadores da ciência nos seus aspectos de pesquisa, teoria e tecnologia (TEIXEIRA, 1994, p.45).

As atuais (contra)reformas estão na contramão da escola pública – “máquina de fazer democracia” – que Anísio Teixeira defendia. Na verdade, essas reformas, especialmente a BNCC e o NEM, são

parte constitutiva da manutenção e do aprofundamento do apartheid social, rasgando a Constituição de 1988; aprofundando o desmonte da esfera pública e, uma a uma, as políticas sociais e de inclusão para diminuição da desigualdade social, da fome e da pobreza; e o aniquilamento da pesquisa científica no curto prazo pelo corte absurdo do financiamento e, em longo prazo, pelo desmonte da educação básica e universidades públicas (FRIGOTTO, 2021, s/p).

Estas reformas se destinam aos 85% dos jovens que frequentam as escolas públicas no Brasil. O que lhes é oferecido é um currículo mínimo, esvaziado de conteúdo, de educação integral, científica e tecnológica, em escolas precarizadas, com docentes desmotivados/as pela destruição de suas carreiras e condições de trabalho. Esses são o propósito, o método e o conteúdo das reformas conservadoras neoliberais da ultradireita.

Outro problema, no caso brasileiro, é que as políticas educacionais, perseguem caminhos diferentes daqueles traçados na Constituição e LDBN. Atualmente, segundo Cara, “quando muito, as políticas educacionais das forças hegemônicas têm reduzido a educação a um insumo econômico ou a uma estratégia disciplinadora doutrinária. Esses

são os resultados das ações dos ultraliberais e dos ultrarreacionários, respectivamente” (CARA, 2019, p. 27).

Sendo a educação responsabilidade do estado, das famílias e da sociedade, é necessário e estratégico conquistar e envolver todos os segmentos sociais brasileiros na defesa da escola pública. Nossa sociedade na sua totalidade – crianças, jovens e adultos – precisam conceber a educação como direito de todos e a escola como seu patrimônio social, cultural e científico. É preciso travarmos uma luta conjunta, coletiva e popular por uma escola pública com qualidade e condições de trabalho dos profissionais da educação e de aprendizagem dos estudantes.

Nesta perspectiva, a gestão democrática da escola e a participação da comunidade escolar, bem como a autonomia e a autoria pedagógica do professor são decisivas para pensar as mudanças na educação e na escola pública brasileira. É uma irresponsabilidade desconstruir socialmente a docência e destruí-la como carreira profissional estratégica em uma nação como a brasileira. Quem irá acolher, educar e sonhar juntos com os estudantes?

Os educadores António Nóvoa e Yara Cristina Alvin (2021) problematizam: Quem vai trabalhar e orientar essa infinidade de “conhecimentos”? Como separar o verdadeiro do falso, o real do fictício, os factos das opiniões e ideologias? Como aprender a pensar, sabendo que nunca o poderemos fazer sozinhos. É na diferença que aprendemos. É para isso que precisamos dos/das professores/as, para compor uma pedagogia da autonomia, da esperança (FREIRE, 1996) e do encontro, onde o a formação integral dos educandos seja o objetivo principal.

Por outro lado, Bernard Charlot (2020) também nos alerta que,

enquanto os discursos que dominam o cenário da educação estão focados na eficácia e no desempenho, outros, mais ou menos fanáticos, inspirados por convicções religiosas, nacionalistas, racistas, procuram impor uma hierarquia do ser humano – a partir de critérios tradicionais de dominação, ou como uma contra-hierarquia produzida por aqueles que foram vítimas de discriminação (CHARLOT, 2020, p. 15-16).

Por fim, sendo a escola, por sua natureza e função social, uma instituição e espaço público de liberdade, de diálogo e plural, destina-se a garantir para todos e todas, sem distinção, uma sólida formação humana integral, para que cada estudante da Educação Básica desenvolva sua autonomia intelectual, política e ética.

Recebido em: 14/08/2024; Aprovado em: 20/11/2024.

Referências

- BIMBATI, Ana Paula. Após briga na Justiça, Tarcísio faz leilão do segundo lote de escolas em SP. *Uol notícias*. São Paulo, 04 de novembro de 2024. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/11/04/tarcisio-leilao-segundo-lote-escolas-sp.htm>> Acesso em: 02 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Censo Escolar da Educação Básica de 2023*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira – Inep, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2023*. Brasília, DF: Instituto de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira – INEP, 2023.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 13.415/2017*. Altera as Leis 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- BRASIL. *Medida Provisória MP 746/2016*. Brasília, 22 de setembro de 2016.
- CÁSSIO, Fernando & CARA, Daniel. A quem interessa reduzir a formação básica dos jovens no ensino médio?. Opinião *Folha de S. Paulo*, 10 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinia/2023/12/a-quem-interessa-reduzir-a-formacao-basica-dos-jovens-no-ensino-medio.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2025.
- CARA, Daniel. “*Contra a barbárie, o direito à educação*”. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). 1 ed. – São Paulo: *Editora Boitempo*, 2019.
- CHARLOT, Bernard. *Educação ou barbárie? Uma escolha para a sociedade contemporânea*. 1 ed. Trad.: Sandra Pina. São Paulo: Cortez.
- CUNHA, Luiz Antônio. O projeto reacionário de educação. *XIII Seminário Anual Pensar a Educação Pensar o Brasil*. UFMG, 2019. Disponível em: <https://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Luiz Carlos. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/12/a-reforma-empresarial-da-educacao-nova-direita-velhas-ideias.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- GRABOWSKI, Gabriel. Desqualificar a educação pública é a meta das reformas educacionais. *Jornal Extra Classe*, 11 de abril de 2024b. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/opinia/2024/04/desqualificar-educacao-publica-e-meta-das-reformas-educacionais/>>. Acesso em: 06 ago. 2024.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O “novo ensino médio”: traição à juventude que frequenta a escola pública. Opinião. *Brasil de Fato*. 05 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2021/11/05/analise-o-novo-ensino-medio-traicao-a-juventude-que-frequenta-a-escola-publica>>.
- GRABOWSKI, Gabriel. As (contra)reformas do ensino médio e os impactos na docência. *Jornal Extra Classe*, 05 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/opinia/2024/08/as-contrareformas-do-ensino-medio-e-os-impactos-na-docencia/>>. Acesso em: 16 agosto. 2024.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, agenda global e formação docente. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, 2019. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995/pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2024.

- JACOBUS, Artur Eugênio. A crise do ensino superior no Brasil: um caso sui generis. *Revista Textual*. Sindicato dos professores do estado do Rio Grande do Sul – Sinpro, v.1, n. 34, junho 2024. Porto Alegre, RS. 2024. Disponível em: <<https://objectstorage.sa-saopaulo-1.oraclecloud.com/n/grxxwvt1bpmm/b/wp-sinpro-rs-uploads/o/uploads/2024/06/Sinpro-Revista-Textual-junho-2024-ver-web.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- LIMA, Iana Gomes de & HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*. v. 45. 2019. São Paulo, SP. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/?lang=pt>>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- LUCE, Maria Beatriz Moreira. “Ainda não conseguimos atingir metas elementares do direito à educação”. *Notícia Zero Hora*, 23 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2024/02/maria-beatriz-luce-da-ufrgs-ainda-nao-conseguimos-atingir-metas-elementares-do-direito-a-educacao-clsxhd8dq004e0161to47xoeff.html>>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- MINHOTO, Maria Angélica; BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo & AGUIAR, Thiago Bordes de. *Expansão e mercantilização dos cursos de Pedagogia: deformação em larga escala de futuros pedagogos*. SciELO Preprints, 2022. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5044/9814>>. Acesso em: 09 ago. 2024.
- NÓVOA, António & ALVIM, Yara Cristina. Os professores depois da pandemia. *Educação & Sociedade* [online]. 2021, vol. 42, e249236. ISSN 1678-4626. [viewed 18 August 2021]. <https://doi.org/10.1590/ES.249236>.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. *Education at a Glance 2023*. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/7a9958a8-en>>. Acesso em: 02 ago. 2024.
- OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – OBSERVATÓRIO RS. *Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa. Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CECDCT/OBSERVATORIO_2023_web.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.
- PALHARES, Isabela. Escola diz que professores não podem manifestar opinião sobre modelo cívico-militar de Tarcísio. *Folha de S. Paulo*. 06 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/08/escola-diz-que-professores-nao-podem-manifestar-opinio-sobre-modelo-civico-militar-de-tarcisio.shtml>>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- SACRAMENTO, Leonardo. A proposta educacional do Capital. *A terra é redonda*. 02 de junho de 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-proposta-educacional-do-capital/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2024-06-02>. Acesso em: 02 ago. 2024.
- SILVA, Monica Ribeiro da. Avanços e retrocessos nas recentes reformas do ensino médio: que rumo tomará a última etapa da educação básica?. *EccoS - Revista Científica*, São Paulo, SP: n. 67, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/25514>>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 6 ed. comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Políticas docentes, professores temporários (estudo)*. Professores temporários nas redes estaduais do Brasil. Abril de 2024. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/estudo-professores-temporarios-nas-redes-estaduais-do-brasil-todos-pela-educacao.pdf>>. 02 ago. 2024.